

Conversas & Controvérsias



e-ISSN: 2178-5694

Revista de Graduação e Pós-Graduação em Ciências Sociais
Escola de Humanidades
Departamento de Ciências Sociais e
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Coligações partidárias nas eleições proporcionais de Curitiba em 2016: Fragmentação, densidade eleitoral e financiamento ¹

Party coalitions in Curitiba proportional elections in 2016: Fragmentation, electoral density and financing

Ana Paula Brito Maciel²
Breno Pacheco Leandro³
Ulisses Alves Arias⁴

Resumo

O sistema eleitoral brasileiro permitia – até a criação de uma cláusula de barreira – a formação de coligações entre partidos políticos que poderia ser usada como estratégia para garantir o sucesso eleitoral, tanto em candidaturas do sistema majoritário quanto no proporcional. Buscamos analisar o quanto as coligações foram significativas nas eleições proporcionais do município de Curitiba, em 2016, qual foi Número Efetivo de Partidos (NEP) e taxa de fracionalização, para averiguar o nível de fragmentação, a partir de dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Além disso, observamos o quanto o financiamento garantiu o sucesso eleitoral dos vereadores, utilizando banco de dados cedidos pelo Laboratório de Análise de Redes (LAR) da UFPR. Os resultados reiteram a teoria de que coligações e financiamento são fatores determinantes para a garantia do sucesso eleitoral, sendo o financiamento a forma individual de conseguir votos e a coligação a forma institucional.

Palavras-chave: coligações partidárias; eleições proporcionais; densidade eleitoral; financiamento.

Abstract

The Brazilian electoral system allowed - until the creation of a barrier clause - the formation of coalitions between political parties that could be used as a strategy to guarantee electoral success, both in the majority and in the proportional system. We sought to analyze how significant the coalitions were in the proportional elections of the municipality of Curitiba in 2016, which was Effective Number of Parties (NEP) and fractionation rate, to determine the level of fragmentation, based on data provided by the

¹O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

²Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná, mestra em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5606-9005>. E-mail: anapaulabmaciel@gmail.com.

³Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5076-404X>. E-mail: bpachecoleandro@gmail.com.

⁴Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8558-4011>. E-mail: ulisses_arias@hotmail.com.



Superior Electoral Court TSE). In addition, we observed how much the financing guaranteed the election success of the councilmen, using data bank provided by the Network Analysis Laboratory (LAR) of UFPR. The results reiterate the theory that coalitions and financing are decisive factors for guaranteeing electoral success, with funding being the individual way of getting votes and the coalition in institutional form.

Keywords: party coalitions; proportional elections; electoral density; financing.

Introdução

O desenho institucional do sistema eleitoral proporcional brasileiro possibilitava que uma distorção acontecesse: candidatos com baixa densidade eleitoral podiam ser eleitos devido aos votos que seus correligionários receberam (MELO e SOARES, 2016). Partindo dessa premissa, se tornou significativa a avaliação da densidade eleitoral dos candidatos vitoriosos para identificarmos em que medida se dava essa ocorrência, sendo esta, portanto, a proposta principal do trabalho. Além disso, analisamos como a contribuição de pessoa física afetou no sucesso eleitoral, para identificarmos o quanto financiamento foi uma forma individual de conseguir a maioria de votos, ao passo que as coligações seriam um meio institucional.

Com o objetivo de contribuirmos com os estudos acerca do tema, propomos uma análise das coligações formadas para as eleições proporcionais de Curitiba em 2016. O recorte da análise ser restrito ao caso das eleições proporcionais de Curitiba em 2016 se deu devido à disponibilidade dos bancos de dados obtidos em pesquisas realizadas no município durante as eleições do ano citado e disponibilizados pelo Laboratório de Partidos Políticos e Sistemas Partidários (LAPeS) e pelo Laboratório de Análise de Redes (LAR), ambos da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Além disso, este foi o ano marcado pelo primeiro pleito eleitoral que não houve financiamento de empresas privadas.

Analisamos através das variáveis do Número Efetivo de Partidos, taxa de fracionalização e número nominal de partidos o quanto a densidade eleitoral era ou não relevante quando falamos de candidaturas coligadas e isoladas; e percebemos que 36 candidatos tiveram densidade maior que 13 candidatos eleitos, comprovando a teoria de que as coligações se tratavam de um recurso importante para o sucesso eleitoral. Além disso, evidenciamos os recursos dos candidatos coligados e isolados a partir da densidade eleitoral.

O trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira apresentamos a contextualização do debate sobre coligações partidárias no sistema político brasileiro, na segunda parte são apresentados os dados gerais das eleições proporcionais de Curitiba, em 2016. Na terceira parte trazemos para o debate a questão da fragmentação partidária nos legislativos municipais brasileiros e, por fim, na quarta parte, falamos sobre a relação entre financiamento e sucesso partidário.

Coligações partidárias no sistema político brasileiro

As coligações estiveram inscritas no sistema político brasileiro durante o período democrático que vai de 1945 a 1964 e foram retomadas posteriormente após a redemocratização de 1985. Segundo Dantas (2007), levando em consideração o impacto das coligações sobre o resultado das eleições, a sua investigação ocupa uma posição pouco privilegiada na ciência política brasileira – com escassez mais flagrante de estudos no âmbito municipal. Para Schimitt (2005), a literatura a respeito das coligações poderia ser dividida entre aquela concentrada no primeiro período (45-64) e aquela que aborda o fenômeno no bojo do processo de redemocratização, nos anos oitenta. Igualmente dividida é a avaliação dos efeitos das coligações no Brasil, em que uma parte destaca os mecanismos de relacionamento promovidos entre atores políticos, congruentes com as práticas democráticas de negociação e tolerância; enquanto outra perspectiva destaca a fragmentação e confusão do sistema político em prejuízo ao posicionamento e identificação política do eleitor (MIGUEL; MACHADO, 2008). Neste sentido, Dantas (2007) aponta:

As leituras sobre o cenário brasileiro parecem, muitas vezes, se dividirem em visões excludentes. Parte dos estudos sinaliza que as alianças representam desordem e distorção, afastando o quadro partidário de um ordenamento ideológico “indispensável” ao seu bom funcionamento, e apontando as associações como ações meramente pragmáticas e capazes de desvirtuar o sentido da representação proporcional. Por outro lado, existem aqueles que enxergam um crescente desordenamento nas coligações como característica de um sistema multipartidário e federativo, que utiliza tal ferramenta como estratégia eleitoral capaz de elevar as chances de vitória (Ibidem, p.42).

A respeito da divisão da literatura sobre coligações no Brasil, a perspectiva de Carreirão (2006) é profícua, dividindo a literatura segundo seus problemas de pesquisa principais: em que uma tradição da literatura problematiza os impactos das coligações na fragmentação do sistema partidário e suas consequências para a representação, enquanto outra tradição trata do problema de entender as motivações dos partidos realizarem as coligações - em que o autor aponta a existência de um relativo consenso de que as coligações possuem o objetivo geral de reduzir custos da competição eleitoral.

Em consonância com o segundo problema identificado por Carreirão, Miguel e Machado (2008) identificam uma ramificação entre duas abordagens que tratam das motivações da coligação partidária. Uma perspectiva pragmática que destaca aliança com o maior número possível de partidos nas coligações como forma de obtenção de vantagem sobre os adversários eleitorais. E, uma perspectiva ideológica em que a coligação era avaliada como estratégia eleitoral para que partidos com proximidade ideológica pudessem juntar suas forças contra os adversários em posição oposta. Nesta chave interpretativa, por exemplo, “nas eleições presidenciais, o PT, que em 1989, 1994 e 1998 se coligou com PCdoB, PSB, PPS, PSTU,

PV, PDT e PCB, assumindo a primeira perspectiva, teria passado à segunda em 2002 e 2006, ao se aliar aos direitistas PL e PRB. " (MIGUEL; MACHADO, 2007, p. 760)

Os autores apontaram, contudo, que estas duas abordagens possuem lacunas na explicação das coligações, chamando atenção para o fato de que apenas duas características (pragmatismo e ideologia) não podem dar conta de explicar o comportamento dos partidos na arena eleitoral. Entre as razões apresentadas pelos autores se destacam: i) a ausência de elementos que ressaltem os contextos conjecturais e institucionais nos quais se insere a conduta partidária, permitindo entender que "a atitude de um partido não depende apenas dele mesmo, ela se constrói a partir de experiências sociais e políticas de seus dirigentes, combinadas com as regras que limitam a atividade política" (ibidem); ii) ideologia e pragmatismo não são características naturais e, portanto, não podem ser essencializadas no comportamento dos atores, mais bem são características que não se excluem e que podem se confundir no curso do ação.

Analisando as estratégias de coligação do PT entre 2000 e 2004, Miguel e Machado (2007) descrevem os seus padrões, tensões e mudanças de orientação. Os autores destacaram que um comportamento que ignore os incentivos das regras eleitorais para formação de alianças comprometeria decisivamente as possibilidades de vitória eleitoral – de fato, o partido conseguiu seus melhores resultados com coligações tão abrangentes quanto possível. Por outro lado, os autores destacaram a taxa de coligação do PT durante o período estudado como abaixo da média entre os demais partidos, permitindo uma diferenciação valiosa para a competição eleitoral.

Com objetivo de compreender o impacto da ideologia na formação das coligações, Schimitt (1999) desenvolveu uma classificação a partir da categoria de "consistência", permitindo identificar as coligações como consistentes, meio consistentes ou inconsistentes. Nesta classificação a consistência é caracterizada pela aliança de partidos situados no mesmo polo do espectro ideológico, a inconsistência indica a união de partidos de esquerda e direita, e a aliança meio consistente reúne partidos de centro a partidos de um lado do espectro ideológico.

Empregando a classificação de Schimitt, Krause e Godoi (2012) analisam as estratégias coligacionistas de esquerda formadas para as eleições para governador, entre 1986 e 2010. Analisando a série histórica os autores observaram a tendência à adoção de candidaturas coligadas em paralelo a uma tendência, a partir de 1994, a um aumento da inconsistência ideológica das coligações - que apresentam melhores resultados eleitorais. Segundo os autores, na medida em que as coligações amplas e pragmáticas têm colhido bons resultados eleitorais, a ideologia vem ocupando uma posição secundária do ponto de vista das lideranças políticas - o que não implica afirmar que a ideologia não impacte na decisão de voto, senão que o eleitor não tem punido os candidatos em virtude do perfil ideológico de sua coligação.

A relação entre inconsistência das coligações e sucesso eleitoral também é trabalhado por Carreirão (2006), em que o autor analisa as coligações para governador, deputado federal, deputado estadual e prefeito no período de 1986 a 2004, em Santa Catarina. A exemplo dos

resultados obtidos por Krause e Godoi (2012), a análise para as eleições majoritárias realizada por Carreirão (2006) sugere que as coligações inconsistentes não são punidas pelos eleitores, pelo contrário, as coligações com melhor desempenho foram as com fraco e médio grau de coerência. É importante ressaltar, contudo, que o autor adverte sobre a possibilidade de outras variáveis impactarem nos resultados, não sendo possível "afirmar categoricamente que o tipo de coligação teve um efeito independente sobre a probabilidade de sucesso da candidatura" (Ibidem, p.155). Na análise das coligações em série histórica, Carreirão aponta o aumento do número geral das mesmas, com destaque para as constituídas com coerência ideológica média e fraca. O autor elenca diversas razões que poderiam ter favorecido esta tendência, como o aumento da fragmentação do sistema partidário, as clivagens partidárias relacionadas ao apoio à ditadura militar, a mudança de posicionamento do PT com guinada ao centro, o fim da guerra fria, o fim de um período em que as candidaturas isoladas exploravam o potencial de desenvolvimento da organização partidária, além do rendimento superior das candidaturas coligadas quando comparadas às isoladas. A respeito da tendência de crescimento das candidaturas com coligações com coerências médias e fracas, o final dos anos 80 e início dos 90 é marcado por relativa consistência das coligações. Um cenário em que mesmo nas candidaturas para prefeito, onde é esperado um peso menor da ideologia em relação aos pleitos estaduais, apenas uma a cada seis candidaturas eram ideologicamente inconsistentes.

Dinâmica geral das eleições proporcionais de Curitiba em 2016

No sistema proporcional, além dos votos nominais, os candidatos dependem que seu partido ou coligação alcance o quociente eleitoral⁵ para ter direito a uma cadeira. As coligações partidárias não eram exceções em nosso sistema eleitoral e funcionavam como uma estratégia política do comportamento partidário que ampliavam as chances do sucesso eleitoral e reduziam os custos da competição.

As coligações serviam para que os partidos reduzissem os custos para obter o sucesso eleitoral numa arena altamente fragmentada, o que gerava um problema de legitimidade, já que candidatos com baixa densidade eleitoral (aqueles que ficavam distantes do quociente eleitoral) conseguiam através da coligação, atingir a cadeira legislativa. A comparação de

⁵O quociente partidário, em conjunto com o quociente eleitoral e o sistema de lista aberta são os métodos utilizados no Brasil para alocação de cadeiras em eleições proporcionais. O quociente eleitoral é o produto da divisão do número de votos válidos numa eleição pelo número de vagas parlamentares de um distrito eleitoral. Tal cálculo permite definir o número mínimo de votos que um partido ou coligação deve obter para ter direito a uma vaga legislativa. Já o quociente partidário é calculado a partir da divisão do número de votos válidos obtidos por um partido ou coligação pelo quociente eleitoral estabelecido previamente. Na prática, este quociente define o número de cadeiras que cada partido ou coligação terá direito no parlamento. No caso brasileiro, que se pauta no sistema de lista aberta, ocupam as vagas de um partido ou coligação os seus candidatos mais votados" (MELO ; SOARES, 2016, p. 686).

custos é visível quando analisado o número de candidatos lançados por partidos isolados e coligações, já que as coligações lograram praticamente o mesmo número de cadeiras dos partidos isolados, e homologando apenas metade do total de candidatos que os partidos sem alianças.

Nas eleições proporcionais do município de Curitiba, em 2016, 350 dos 1085 candidatos a vereador foram lançados por meio de alguma coligação partidária, ou seja, 32,2% das candidaturas, conforme a tabela 1.

Tabela 1. Número de candidaturas isoladas e coligadas

Candidaturas	N	%
Isoladas	735	67,8
Coligadas	350	32,2
Total	1085	100

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do TSE

O sistema partidário brasileiro contava em 2016 (e conta, ainda hoje), com 35 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Todos os partidos participaram da corrida eleitoral do caso que nos propomos a analisar, sendo que 18 lançaram as candidaturas de forma isolada e 17 participaram de alguma coligação.

Tabela 2. Coligações partidárias, candidatos e eleitos

Número de partidos por coligação	Coligação	Candidaturas (N)	%	% acum
2	Curitiba Justa e Sustentável (PMDB e REDE)	57		16,3
	Curitiba Melhor (PSDB, PT do B)	52		14,9
	PDT e PRB	57		16,3
	PSOL e PCB	28		8,0
Subtotal		194	55,4	
3	Curitiba, Inovação e Amor (PMN, PSB e DEM)	56		16,0
	Vereadores Renova Curitiba (PP, PR e PMB)	52		14,9
	PTC, PPL e PC do B	48		13,7
Subtotal		156	44,6	
Total		350		100

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do TSE

Conforme elucidamos no tópico anterior, Carreirão (2006) analisou os padrões ideológicos das coligações realizadas nas eleições para governador, deputado federal, deputado estadual e prefeito, em Santa Catarina, no período 1986/2004, com o objetivo de verificar em que medida a ideologia constituía um obstáculo à realização das chamadas coligações “inconsistentes”. O autor operacionalizou a análise de graus de coerência ideológica da coligação a partir dos seguintes critérios: Forte: quando a coligação ocorre entre partidos situados em um mesmo grupo do espectro ideológico; Médio: quando a coligação envolve partidos de centro com partidos de direita ou partidos de esquerda; Fraco: quando a coligação envolve partidos de polos extremos.

Aplicamos o mesmo critério para identificar a coerência ideológica das coligações analisadas, utilizando como orientação a classificação ideológica destacada no estudo de Ribeiro e Bolognesi (2017) e dividimos os partidos da seguinte maneira, disposta também no quadro 1: esquerda = PDT, PSB, PT, PCdoB, PCB, PCO, PPL, PSOL e PST; centro e fisiológicos = PMDB, PSDB, PV, PPS, PTdoB, PMN, PROS, REDE, PMB, PHS; direita = DEM, PL, PP, PR, PSD, PTB, PEN, PRB, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PTC e SDD.

Quadro 1. Classificação ideológica dos partidos

Esquerda	Centro e fisiológicos	Direita
PDT, PSB, PT, PCdoB, PCB, PCO, PPL, PSOL e PST	PMDB, PSDB, PV, PPS, PTdoB, PMN, PROS, REDE, PMB, PHS	DEM, PL, PP, PR, PSD, PTB, PEN, PRB, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PTC e SDD.

Fonte: Elaborado pelos autores

Conforme a tabela 3, percebemos que as duas coligações que mais elegeram candidatos, PDT/PRB e Curitiba, Inovação e Amor possuem um fraco grau de coerência ideológica, sendo, portanto, inconsistentes. Ainda que não se possa incutir causalidade na relação entre fraca coerência ideológica e sucesso eleitoral, os dados sugerem que a nível de eleições proporcionais municipais tal inconsistência não reflete em uma “reprovação” dos eleitores. Resultado em conformidade com a análise de Carreirão (2006), sobre as coligações para eleições majoritárias de Santa Catarina entre 1986 e 2004, e com a análise de Krause e Godoi (2012) sobre as estratégias de coligação dos partidos de esquerda nas eleições para governador entre 1986 e 2010. Uma das explicações é que o grande volume de legendas partidárias dificulta que os eleitores possam conhecê-las e distinguir suas respectivas tendências ideológicas.

Tabela 3. Grau de coerência ideológica nas coligações partidárias

Coligação	Grau de coerência ideológica	Total de eleitos
Curitiba Justa e Sustentável (PMDB/REDE)	Forte	2
Curitiba Melhor (PSDB/PT do B)	Forte	3
PDT/PRB	Fraca	6
PSOL/PCB	Forte	0
Curitiba, Inovação e Amor (PMN/PSB/DEM)	Fraca	5
Vereadores Renova Curitiba (PP/PR/PMB)	Média	2
PTC/PPL/PC do B	Fraca	0
Total	-	18

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do TSE

O Brasil é o país com o sistema partidário mais fragmentado da história da democracia, apresentado, como consequência, uma desconexão da sociedade com os partidos políticos. De acordo com Carreirão (2014), o Brasil tende a se fragmentar cada vez mais, o que se traduz em uma instabilidade do sistema, considerando que a alta fragmentação dificulta as decisões dos eleitores principalmente nas eleições proporcionais no país, gerando problemas de *accountability*.

O alto grau de fragmentação partidária do nosso sistema dificulta que o eleitorado se identifique com grande parte das organizações partidárias, “tanto por conta do elevado número de partidos existentes quanto pelas diversas coligações e coalizões estabelecidas pelas legendas e da recorrência de apresentação de propostas semelhantes” (GIMENES, 2017). A complexa estrutura institucional dificulta o fortalecimento dos partidos políticos e a fragmentação gera dificuldade entre os eleitores para reconhecerem e afeioarem-se aos partidos políticos.

Fragmentação partidária nos legislativos municipais brasileiros

A discussão sobre os efeitos das coligações inclui também as relações desta com a fragmentação partidária do poder legislativo. A fragmentação partidária, por sua vez, não possui uma avaliação unânime entre os especialistas, com destaque para o entendimento de que esta constitui um entrave à governabilidade, por um lado, e para a perspectiva que a considera consequência de uma sociedade igualmente fragmentada, por outro. Melo e Soares (2016) mensuram a fragmentação partidária das câmaras municipais formadas com os pleitos de 2004 e 2008, realizando os cálculos para todas as cidades brasileiras a partir do Número Efetivo de Partidos (NEP) e da taxa de fracionalização, utilizando as fórmulas propostas por

Laakso e Taagepera (1979)⁶. A classificação dos municípios, separando-os em três grupos de acordo com a presença de candidaturas coligadas e isoladas, permite comparar as taxas de fragmentação partidária das câmaras municipais com a incidência das coligações. Os autores empregaram o modelo de regressão linear múltipla para verificar a relação de causalidade entre coligação e fragmentação, pelo que o modelo elaborado a partir da presença de coligação se mostrou estatisticamente significativo para explicar as variações de fragmentação nas eleições de 2004 e 2008.

Um segundo esforço de Melo e Soares (2006) é compreender a relação entre coligação e sucesso eleitoral, de maneira a entender em que medida candidatos com baixa densidade eleitoral se elegem a partir do montante de votos de correligionários. A densidade eleitoral dos candidatos se aferiu a partir da distância do seu número de votos em relação ao quociente eleitoral de seu município, pelo que foi possível demonstrar que as eleições 2004 e 2008 elegeram aproximadamente 70% de vereadores que obtiveram um total de votos inferior a 50% do quociente eleitoral para seus municípios, enquanto apenas uma fatia de 7% dos eleitos obtiveram quantidade de votos igual ou superior a 70% do quociente. Comparando as taxas de sucesso dos candidatos coligados com as dos candidatos isolados por meio de regressão logística, os autores demonstraram como a coligação incrementa possibilidades de vitória a todos os candidatos, com ganhos maiores para aqueles candidatos com densidade eleitoral de até 10% o quociente eleitoral. A partir disso, a chance de vitória desse grupo aumenta quase nove vezes quando participam de coligação.

Replicamos a pesquisa de Melo e Soares (2006) com foco apenas nas eleições proporcionais de 2016, em Curitiba, sem compararmos com os demais municípios. Identificamos, portanto, uma taxa de fracionalização alta de 0,93, considerando que quanto mais próximo de 1, maior a fragmentação. A média do Número Efetivo de Partidos (NEP) foi de 14,6, também mostrando-se alto, já que o Número Nominal de Partidos que ocuparam as cadeiras foi de 19.

⁶ A fórmula para calcular a taxa de fracionalização $F = 1 - (\sum Ti^2)$, em que Ti é a porcentagem de cadeiras de cada partido. Estar próximo de 0 seria a situação hipotética em que todos os eleitores teriam inclinação para um mesmo partido, ou todos os legisladores fossem do mesmo partido. Estar próximo de 1 seria a situação em que todos os eleitores se inclinariam por partidos distintos, ou todos os legisladores fossem de partidos diferentes. O NEP, oferece a mesma informação sobre o sistema de partidos, permitindo perceber quantos partidos competem eleitoralmente e quantos estão presentes no Congresso, a fórmula para calcular o NEP é $N = 1/(1-F)$ (SÁEZ ; FREIDENBERG, 2002).

Tabela 4. NEP e fracionalização dos partidos eleitos em 2016

Partidos que ocuparam cadeiras (N)	Cadeiras (N)	Número Efetivo de Partidos (NEP)	Taxa de Fracionalização	Média de acentos/Total de partidos	Média de acentos/Número efetivo de partidos
19	38	14,6	0,93	2	2,6

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do TSE.

Nosso objetivo foi verificar se de fato a presença de coligações partidárias contribuem com o aumento da fragmentação nas câmaras. O desenho institucional do sistema eleitoral brasileiro, além de tender a estar cada vez mais fragmentado, ainda possibilita que candidatos com baixa densidade eleitoral sejam eleitos através da somatória dos votos dos seus correligionários.

Com base nos recursos metodológicos também apresentados por Melo e Soares (2006), que construíram um índice que permite a classificação dos candidatos quanto à sua densidade eleitoral, identificamos a distância dos mesmos em relação ao quociente eleitoral.

Para medir a densidade eleitoral, levantamos os votos alcançados por cada candidato - da eleição estudada - e dividimos pelo quociente eleitoral de Curitiba. Quanto mais próximo de zero for a votação do candidato, menor a sua densidade eleitoral e quanto mais distante de zero, maior a sua densidade eleitoral. Ponderamos que densidade eleitoral é a porcentagem de votos que um candidato alcança para atingir o quociente eleitoral, o cálculo foi realizado a partir do levantamento de votos alcançados por cada candidato e, posteriormente, dividido pelo quociente eleitoral.

Nas eleições proporcionais de 2016, a variação ocorreu entre 0 e 0,49, com média de 0,03 entre todas as candidaturas. Entre as candidaturas isoladas eleitas a variação foi entre 0,13 e 0,38, com média de 0,22. Já entre as candidaturas coligadas eleitas a variação ocorreu entre 0,14 e 0,49. Apresentando uma média de 0,25, conforme podemos observar na tabela 5 abaixo.

Tabela 5. Estatísticas descritivas da distância das votações obtidas por vereadores e a distância em relação ao quociente eleitoral por tipo de candidatura

Candidaturas	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Isoladas	735	0,00	0,38	0,03	0,06
Isoladas eleitas	20	0,13	0,38	0,22	0,07
Coligadas	350	0,00	0,49	0,03	0,06
Coligadas eleitas	18	0,14	0,49	0,25	0,08
Todas	1085	0,00	0,49	0,03	0,06

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do TSE

Considerando que a unidade de análise se trata de um município - especialmente o caso de Curitiba - alta densidade seria de candidatos que se aproximassem de 1, o que não ocorreu. A maior densidade foi 0,486 (0,49). O estudo de densidade eleitoral demonstrou o quanto os partidos utilizavam a coligação como forma de garantir o sucesso eleitoral, já que possuir uma alta densidade não significava garantia de vitória, pois a variável de voto na legenda refletia na obtenção de cadeiras. sucesso. O que reafirma uma das hipóteses que atendem o estudo de coligações é que as alianças partidárias, em regra, aumentam a chance de sucesso eleitoral.

Por um lado, a assertiva destacada de que sistema eleitoral brasileiro facilita a eleição de candidatos com baixa densidade eleitoral, a partir da somatória dos votos das coligações, se constata no caso das eleições proporcionais de 2016, em Curitiba. Em contrapartida, se a estratégia coligacionista tem contribuído com o sucesso eleitoral, emerge o problema de explicar por que 18 partidos não optaram por essa via, e, por que lançaram mais que o dobro de candidatos em relação aos partidos coligados.

A relação entre financiamento e sucesso partidário

As principais fontes de receitas eleitorais são: pessoas físicas, partidos, recursos próprios e outros partidos ou candidatos. É importante considerarmos o quanto os competidores se diferenciam de forma substancial em relação à arrecadação, considerando que candidatos precisam ampliar o alcance dos seus discursos aos eleitores e tal ação custa caro. Além disso, existe o viés da profissionalização da política e as abordagens com tons publicitários - consequentes do declínio dos partidos de massa - que quando somados são fatores que justificam o quanto o financiamento das campanhas assume um protagonismo na corrida eleitoral.

Há uma extensa literatura que observa a hipótese do quanto candidatos mais bem financiados são os que apresentam maior número de votos em eleições proporcionais e majoritárias e o quanto o volume alto de receitas aumenta consideravelmente as chances de sucesso eleitoral dos candidatos. São diversas variáveis que explicam como se constitui uma arrecadação, tais como o posicionamento do partido em relação ao governo federal, tamanho do partido, experiência política. Todos esses fatores podiam ser determinantes para compreender o financiamento individual dos candidatos.

ganha relevância o debate sobre fontes de recursos, vantagens e desvantagens do uso de financiamento privado ou estatal de campanhas eleitorais. Esse debate tem girado em torno do fato de os eleitos terem que "retribuir" doações feitas por apoiadores de suas campanhas, através de concessões a interesses específicos de empresas ou segmentos privados. Porém, é possível imaginar uma distorção complementar a esta, que é o fato de mais recursos financeiros disponíveis a alguns partidos permitir chegar a um número maior de potenciais eleitores, ou seja, trata-se de uma

desigualdade de condições para aqueles que pretendem se apresentar como representante dos interesses públicos. Os dois cenários – maior chance de eleição por conta de mais recursos disponíveis e virtual necessidade de retribuição posterior por parte dos órgãos públicos – tendem a distorcer o processo representativo, reduzindo a qualidade dos serviços públicos prestados pelas instituições democráticas à sociedade (CERVI, 2010, p.146).

Silva e Cervi (2017) testaram a hipótese de que candidatos vitoriosos são mais bem financiados que os demais e as doações empresariais têm um papel determinante para essa diferença. Analisaram 4023 candidatos do pleito de 2010 e 4812 candidatos do pleito de 2014, com dados fornecidos pelo Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A partir das variáveis de desempenho e posicionamento político-partidário, os autores buscaram identificar a distribuição de recursos entre os competidores. Com isso, puderam verificar entre os candidatos de governo e oposição quais eram melhor financiados e as maiores diferenças estiveram nas doações das coalizões.

Para analisarmos qual a relação entre os eleitos e não eleitos nas eleições proporcionais de Curitiba, utilizamos os dados cedidos por um integrante do Laboratório de Análise de Redes (LAR) da UFPR. Os bancos de financiamento possuem apenas candidatos "deferidos" ou "deferidos com recurso" pelo fórum eleitoral local, incluindo todos os candidatos que participaram da corrida eleitoral, mesmo os que não tinham recebido nenhum real de financiamento. O mesmo se repete quando o candidato não recebeu voto algum, mas recebeu financiamento.

Agentes políticos, tais como candidatos, partidos e comitês, eram obrigados a prestar contas ao TSE ao final da eleição. A prestação de contas foi composta em duas fases: a) receitas (doações e recebimentos); e b) despesas de campanha (onde o dinheiro recebido foi gasto. Desta forma, candidatos e agentes partidários (Partidos Políticos e Comitês) prestaram contas de receitas e despesas. No banco em questão, todos os candidatos que podiam causar distorções nos resultados finais foram eliminados, ou seja, candidatos indeferidos, candidatos falecidos e substituídos. Além disso, as doações não entraram nas informações.

Ao analisarmos a densidade eleitoral e recursos dos candidatos da eleição em questão, percebemos que 32 candidatos tiveram mais votos que 16 que foram eleitos, como consequência do quociente partidário. Partido desse fato, selecionamos apenas os eleitos e esses candidatos com alta densidade eleitoral para analisarmos os recursos declarados. Os números foram de R\$ 450,00 à R\$ 236.300,00, separamos, portanto, em 10 faixas de valores para verificarmos quantos candidatos coligados e isolados foram ou não eleitos, dentre os selecionados, conforme a tabela 6 nos apresenta.

Tabela 6. Recursos dos candidatos coligados e isolados a partir da densidade eleitoral

Recursos (mil reais)	Coligados	Isolados	Coligados Eleitos	Coligados Não-eleitos	Isolados Eleitos	Isolados Não-eleitos
0 – 24	14	26	7	7	11	15
24 – 48	4	2	3	1	0	3
48 -72	2	4	2	0	1	3
72 - 96	-	2	-	-	1	1
96 -120	1	-	1	-	-	-
120 - 144	1	1	-	1	1	-
144 - 168	-	1	-	-	1	-
168 - 192	-	1	-	-	1	-
192 - 216	-	1	-	-	1	-
216 -240	-	1	-	-	1	-
Recursos próprios	2	1	2	-	1	-
Sem informação	2	8	2	-	4	4
Total	25	48	17	9	23	26

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do LAR

Ao analisarmos os dados fornecidos acerca dos recursos, percebemos que todos os candidatos que receberam acima de 144 mil reais foram eleitos e tiveram suas candidaturas lançadas de forma isolada. Sendo assim, um dos fatores que garantem o sucesso eleitoral, para além das coligações, é o financiamento. Embora o número absoluto de eleitos por partidos era maior que o de eleitos por meio de coligações, a porcentagem de sucesso eleitoral entre coligados foi maior. Já que 68% dos candidatos coligados foram eleitos, enquanto 48% dos candidatos isolados foram eleitos.

Coligações partidárias em eleições proporcionais: considerações finais ou agenda de pesquisa ?

O sistema partidário brasileiro conta hoje com 35 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que como consequência leva a arena legislativa a uma alta fragmentação. Tal fato dificultaria que os atores políticos consigam articular seus interesses. Alguns autores salientam o quanto um legislativo fragmentado pode dificultar o processo

decisório e a formação de coligações entre partidos seria uma estratégia utilizada nas eleições tanto em candidaturas do sistema majoritário quanto no proporcional.

Quando se trata de coligações para o sistema proporcional, mais especificamente para os cargos de deputado federal, deputado estadual e vereador, um problema tem sido identificado: candidatos com baixa densidade eleitoral estão sendo eleitos, beneficiando-se do sistema das regras de distribuição de cadeiras e quociente partidário. As coligações de candidaturas de representação proporcional apresentam o problema de legitimidade ao permitir o sucesso eleitoral de candidatos com baixa densidade de votos. Com a regra de distribuição de cadeiras, acaba beneficiando candidatos ancorados no quociente partidário. O quociente partidário, quociente eleitoral e sistema de lista aberta são os métodos utilizados no Brasil para distribuição de cadeiras nas eleições proporcionais.

As investigações sobre coligações partidárias em âmbito municipal no Brasil, merecem atenção por parte da Ciência Política. O objetivo foi de ampliar o debate sobre os efeitos das coligações. O trabalho analisou as candidaturas em eleições proporcionais no município de Curitiba, no período de 2016. Buscamos identificar o quanto as coligações partidárias e o financiamento estão relacionados ao sucesso eleitoral de candidatos à vereadores. Os dados utilizados foram os disponíveis pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dados sobre financiamento cedidos pelo Laboratório de Análise de Redes (LAR) da UFPR.

Temos poucos trabalhos empíricos relativos a estratégias partidárias de coligação, embora não teremos mais eleições que permitam a formação de coligações, devido a uma nova cláusula de barreira. O Plenário do Senado Federal aprovou a proposta de emenda à Constituição (PEC 33/2017) que colocará fim às coligações para eleições proporcionais para deputados e vereadores a partir de 2020. Pela regra, os partidos não poderão mais coligar na disputa das vagas para deputados (federais, estaduais e distritais) e vereadores. O objetivo da alteração é acabar com o chamado “efeito Tiririca”, em que a votação expressiva de um candidato acaba elegendo outros do grupo de partidos, assim parlamentares de diferentes legendas, mesmo que apresentem votação reduzida acabam sendo eleitos como consequência do candidato “puxador de votos”. A extinção das coligações poderá trazer efeitos como o aumento das fusões partidárias, no intuito de cumularem acesso ao montante correspondente do fundo partidário para que, assim, desempenhem estratégia mais efetiva, hipóteses a serem testadas em continuidade a agenda de pesquisa sobre o tema.

Referências

CARREIRÃO, Y. **O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº14. Brasília, p. 255-295, 2014.

CARREIRO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opin. Publica**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 136-163, May 2006. Disponível em: <

<http://www.scielo.br/pdf/op/v12n1/29401.pdf>>. Acesso em: 03 de outubro de 2018. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762006000100006>>.

CARREIRÃO, Y. de S., NASCIMENTO, F.P. As coligações nas eleições para o Senado brasileiro (1990/2006). In S. Krause et al. (orgs), **Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira. Perfis e Tendências**, Rio de Janeiro, Konrad-Adenauer-Stiftung, São Paulo, Ed. unesp, p. 99-135, 2010.

CERVI, E. U. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 nas capitais de estado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 4, p. 135-167, jul/dez, 2010.

CERVI, E. U., SILVA, B. F. Padrões de financiamento eleitoral no Brasil: as receitas de postulantes à Câmara dos Deputados em 2010 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 23. Brasília, mai/ago, , p. 75-110, 2017.

DANTAS, H. **Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004**. São Paulo. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GIMENES, É. R. Partidarismo, mobilização cognitiva e participação política no Brasil. In: MARTELLI, C. C. G.; JARDIM, M. C.; GIMENES, É. R. **Participação política e democracia no Brasil contemporâneo**. Araraquara: Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, 2017.

KRAUSE, S. & GODOI, P. P. Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006): padrões e tendências. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H. & MIGUEL, L. F. (orgs.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2010.

LAAKSO, M.; TAAGEPERA, R. "Effective" Number of Parties: a Measure with Application to Western Europe. **Comparative Political Studies**, V. 12, pp. 3-27, 1979.

MACHADO, C. M. M. ; MIGUEL, L. F. **Coerência, coesão e consistência: uma proposta de tipologia para coligações municipais**. Trabalho apresentado no 6º Encontro da ABCP, realizado em Campinas, jul-ago, 2008.

MELO, M.A. **Institucional Design, Normative Political Theory and Accountability**. Revista de direito, GV. Edição especial 1, p. 195-206, 2005. Disponível em : <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/viewFile/35252/34050>>

MELO, C.A.V. ; SOARES, K.C.C. , "Coligações partidárias em eleições proporcionais municipais: fragmentação e sucesso de candidatos com baixa densidade eleitoral". **Análise Social**, 220, Ed. 3, p. 684-719, 2016.

PEIXOTO, Vitor M. **Eleições e financiamento de campanhas no Brasil**. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

RIBEIRO, Ednaldo; BOLOGNESI, Bruno. Ideologia e representação: valores e atitudes de legisladores municipais. In: GIMENES, Éder Rodrigo; BORBA, Julian (Org.). Poder legislativo e cultura política: Valores, atitudes, trajetória e comportamento político dos vereadores e vereadoras do estado de Santa Catarina. Curitiba: Cpop, 2018. p. 131-180. Disponível em: <http://www.academia.edu/36172715/Poder_legislativo_e_Cultura_Pol%C3%ADtica>. Acesso em: 21 set. 2018.

SÁEZ, M. A.; FREIDENBERG, F. Partidos políticos na América Latina. **Opinião Pública**, 8, 2, pp. 137-157, 2002.

SCHMITT, R.A. **Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil**. Instituto Universitário de pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ) , Rio de Janeiro, 1999.

SCHMITT, Rogério. Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira. In: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (orgs.) **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2005.

Recebido: 08/10/2018

Aceito: 14/01/2019

Publicado: 18/01/2019